CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS - CMAS

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 115/2007 - CMAS

DISPÕE ACERCA DA APROVAÇÃO DO RELATÓRIO FINAL DE DELIBERAÇÕES E DE PROPOSTAS APROVADAS NA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - VII CMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Santos - CMAS, no uso de suas atribuições legais, que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1378/1994, revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005 e alterada pela Lei Municipal nº 2344/2005 e ainda, o disposto em seu Regimento Interno, considerando a realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social - VII CMAS, as deliberações da plenária final e a aprovação das propostas discutidas ao longo dos trabalhos realizados durante os dias 26 de maio e 29 de junho 2007, **RESOLVE**:

Art. 1º. Aprovar e referendar, através da presente publicação, o Relatório Final de Deliberações e de Propostas Aprovadas na VII CMAS, considerando que a mesma constitui-se em Fórum privilegiado de discussões e deliberações sobre as questões que envolvem a Política Pública de Assistência Social no município, desenvolvida pelos setores público e privado, recomendando que as ações constantes do mesmo, devem ser incorporadas pelas organizações sócio-assistenciais.

Art. 2º. Estabelecer que o presente Relatório Final seja considerado para a execução e criação de programas e serviços, quando da elaboração do Plano Municipal e do estabelecimento de prioridades para a efetivação da Política de Assistência Social no município, inclusive os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, com vistas à implantação e implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Parágrafo Único: Considerando que a Conferência teve como tema base "Efetivação do Plano Decenal da Política de Assistência Social" as presentes deliberações passam a constituírem-se diretrizes para a execução da Política Pública de Assistência Social no Município de Santos.

Art. 3º. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a partir da data da publicação da presente, enviará através de ofícios, aos órgãos competentes e gestores das políticas públicas, cópia desta Resolução, para conhecimento e elaboração do Plano de Execução das Propostas Aprovadas que deverá ser apresentado a este órgão no prazo de 03 (três) meses da data do recebimento e executado em até 02 (dois) anos.

Art. 4º. O presente Relatório Final de Deliberações e Propostas Aprovadas está composto de 04 (quatro) partes, a saber:

- I - Parte I:** Resumo Geral da VII CMAS;
- II - Parte II:** Propostas Aprovadas por Deliberações;
- III - Parte III:** Outras Deliberações;
- IV - Parte IV:** Moções;
- V - Parte V:** Agradecimentos.

Art. 5º. A presente Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ADRIANA DOS SANTOS SILVA
Presidente do CMAS de Santos

VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS
VII CMAS
25 e 26 de Maio e 29 junho de 2007
“Efetivação do Plano Decenal da Política de Assistência Social”
RELATÓRIO FINAL DE DELIBERAÇÕES E PROPOSTAS APROVADAS

PARTE I - RESUMO GERAL DA VII CMAS

A VII Conferência Municipal de Assistência Social - VII CMAS, realizada nos dias 25 e 26 de maio e 29 de junho 2007, foi precedida de 42 (quarenta e duas) pré-conferências, realizadas no período de 21 de março a 27 de abril de 2007 em diversas regiões da cidade, que mobilizaram aproximadamente 1500 (mil e quinhentos) munícipes, cidadãos santistas interessados nas questões que envolvem a Assistência Social enquanto política pública, com vistas à defesa de direitos essenciais e fundamentais.

A presença na Conferência totalizou 535 (quinhentos e trinta e cinco) participantes, sendo 211 (duzentos e onze) representantes do Poder Público, 260 (duzentos e sessenta) representantes da Sociedade Civil e 64 (sessenta e quatro) usuários da política pública, sejam dos serviços sócio-assistenciais da área governamental ou da área não governamental. Contou-se com a participação de Conselheiros Municipal de Assistência Social, titulares e suplentes; Conselheiros de outros Conselhos seja de Políticas Públicas e/ou Defesa de Direitos; Profissionais e Funcionários que trabalham na área da Assistência Social; representantes do Poder Público e da Sociedade Civil em geral; Usuários da política pública em âmbito municipal; participantes em geral e cidadãos santistas interessados na questão, que debateram as propostas levantadas nas pré-conferências e contribuíram com a inserção de outras.

Concluíram e deliberaram pelo presente Relatório Final de Deliberações e Propostas Aprovadas, que se encontra composto de 213 (duzentas e treze) propostas referentes aos eixos: **Gestão, Direitos Sócio-assistenciais, Nob/RH, Financiamento e Outras Políticas Públicas Setoriais Básicas.**

PARTE II: PROPOSTAS APROVADAS POR DELIBERAÇÕES
Grupo Temático: Gestão I

1. Construir um Centro Comunitário no Jardim Piratininga para o desenvolvimento de ações sócio-assistenciais de fortalecimento das famílias da comunidade, dentro do preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O equipamento deverá absorver as famílias residentes na Vila dos Criadores, enquanto aguarda-se seu remanejamento.

2. Assegurar que a Prefeitura Municipal de Santos acelere os estudos para transferência das famílias da Vila dos Criadores, equacionando os problemas de saúde daquela população, em especial das crianças e adolescentes moradores no local.

3. Ampliar os dias de atendimento do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do Morro Santa Maria, mediante ampliação da equipe de profissionais. Identificar a demanda de pessoas idosas e com deficiências que necessitam de atendimento, viabilizando transporte gratuito para que possam utilizar a rede de serviços do município.

4. Retomar junto a COHAB-SANTISTA o projeto “Locação Social” para famílias em situação de vulnerabilidade social que vive nas áreas degradadas do município. Prazo: 02 anos.

5. Garantir que os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS tenham infra-estrutura para desenvolver a proposta de trabalho já estabelecida. Prazo: 02 Anos.

6. Criar espaço de atendimento social em Monte Cabrão, com infra-estrutura adequada, acessibilidade e privacidade para o atendimento dos usuários.

7. Implantar um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS para as demandas do Jardim Bom Retiro e Jardim Castelo.
8. Otimizar os espaços do Centro Comunitário do Jardim Rádio Clube.
9. Garantir transporte para os jovens das famílias em vulnerabilidade social que freqüentam os Centros da Juventude.
10. Otimizar as instalações do Centro Comunitário da PENHA.
11. Viabilizar estudos para implantar um Centro Comunitário no Morro do Saboó.
12. Atender as famílias e usuários que necessitam de atendimento na área da Proteção Social Especial de Média Complexidade na Vila dos Criadores.
13. Assegurar o acompanhamento e o controle eficaz das famílias que recebem benefícios da Política de Assistência Social, com especial atenção aos de caráter eventual.
14. Priorizar um trabalho comunitário na Vila dos Criadores, integrando as ações afetas as Secretarias Municipais de: Assistência Social, Educação, Meio Ambiente e Saúde, frente à gravidade da situação.
15. Viabilizar a implantação de grupo de “Gestores”, composto por: usuários, familiares, comunidade local nos serviços sócio-assistenciais (público e privado), assegurando a participação dos mesmos no processo de gestão dos programas, projetos e serviços, que inclui planejamento, controle financeiro e avaliação. Prazo: 01 ano.
16. Garantir que a Prefeitura Municipal de Santos implante uma incubadora para o desenvolvimento de projetos de inclusão produtiva e cooperativa com a população de baixa renda, oferecendo capacitação profissional conforme as necessidades do mercado de trabalho local e regional, investimentos, linhas de crédito e outros aspectos que viabilizem alternativas de Geração de Renda.
17. Dar maior visibilidade ao trabalho da Coordenadoria de Desenvolvimento Social, integrar suas ações aos demais serviços das Secretarias Municipais de Assistência Social e de Assuntos Portuários.
18. Garantir o acesso das famílias, em vulnerabilidade social, residentes na área continental nos cursos de capacitação profissional desenvolvidos na área insular, através da disponibilização de transporte gratuito.
19. Implantar programa de reciclagem no município que garantam a inclusão dos catadores/carrinheiros, em um programa de educação ambiental para a comunidade que valorize a importância do papel do catador e do aproveitamento dos materiais recicláveis.
20. Ampliar o número de Educadores de Rua, oferecendo condições para a realização e o desenvolvimento de seu trabalho, aprimorando as ações que vêm sendo realizadas.
21. Regulamentar as responsabilidades da Guarda Municipal e da Secretária Municipal de Saúde com os moradores de rua, investindo em uma atuação “in loco” de forma a enfrentar a questão com responsabilidade e respeito aos mesmos.
22. Garantir a elaboração de cartilhas populares com linguagem própria para o bom entendimento do Sistema Único de Assistência Social, para serem distribuídas às comunidades.

Grupo Temático: Gestão II

1. Realizar uma ampla divulgação para fortalecer o Fórum Permanente das Organizações Governamentais e Não Governamentais que atuam junto à População em Situação de Rua, com vistas a ampliar as discussões, avançar no entendimento do problema e traçar estratégias de atendimento, assegurando que o Conselho Municipal de Assistência Social acompanhe os trabalhos desse Fórum na perspectiva de traçar estratégias para a construção de políticas públicas para esse segmento.
2. Implantar espaços de convivência para população em Situação de Rua em

terrenos onde se encontram imóveis inadimplentes e abandonados, atendendo as deliberações das Conferências Municipais anteriores.

3. Implantar uma Pousada para Carrinheiros, desapropriando imóveis que se encontram em situação de inadimplência e/ou abandonados, assegurando que essa população não permaneça nas ruas com suas carroças e seus cachorros, assegurando, pernoite, alimentação, higienização, atendimento psicossocial e de saúde, atividades educativas, oficinas de reciclagens, etc em parceria com a sociedade civil. Deverá o espaço contar com um local para guardar as carroças e um canil para os cães.

4. Ampliar as vagas do Programa Fênix, garantindo o cumprimento do previsto em lei, assegurando recursos financeiros do orçamento municipal para efetivá-la. Apresentar relatório de Avaliação/Impacto do projeto, consolidando a proposta como um projeto de transformação da realidade de exclusão em que vivem essas pessoas.

5. Viabilizar estudos, nacional, estadual, regional e local, diagnosticando a situação da migração, população itinerante crônica de rua; definindo prioridades, metas, recursos e estratégias de intervenção (Gestão Federal e Estadual).

6. Elaborar uma Política Nacional voltada às questões da migração, população itinerante e crônica de rua, definindo as competências das políticas públicas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Trabalho, Justiça, entre outras, com financiamento das esferas Federal, Estadual e Municipal.

7. Viabilizar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, Programa de Apoio às Crianças e Adolescentes Vítimas de Orfandade devido a AIDS, buscando facilitar sua permanência em famílias extensivas ou substitutas.

8. Intensificar e aprimorar o monitoramento, acompanhamento e avaliação de cada criança e adolescente abrigado, envolvendo o Abrigo, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Juízo da Infância e Juventude, a Secretaria Municipal de Assistência Social e outras políticas públicas, de forma a assegurar que a medida seja de caráter provisório e excepcional garantindo o estabelecido pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, acerca da Convivência Familiar e Comunitária.

9. Assegurar que o idoso, a gestante e as pessoas com deficiências tenham acessibilidade aos serviços sócio-assistenciais, assegurando nesses espaços a privacidade do usuário e o sigilo das informações prestadas, garantindo o respeito a sua condição de pessoa, sem discriminação de gênero, raça, credo, opção sexual.

10. Assegurar que os encaminhamentos por escritos realizados pelos técnicos da rede sócio-assistenciais sejam assinados e, os encaminhamentos para outros órgãos sejam previamente agendados.

11. Garantir que os idosos e as pessoas com deficiências sejam atendidos com educação por pessoa portando crachá, assegurando atendimento domiciliar para esse segmento nas situações em que a acessibilidade física seja inviável.

12. Capacitar os funcionários da rede sócio-assistencial nos cursos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e Braille, de forma a romper as barreiras de comunicação com os deficientes auditivos e visuais.

13. Assegurar que a Secretaria Municipal de Assistência Social inclua um outro Assistente Social na equipe da Área Continental.

14. Clarear o direito aos Auxílios Eventuais expressos na Lei Orgânica da Assistência Social, estabelecendo critérios de concessão, mecanismos que agilizem sua liberação, em razão de seu caráter emergencial, monitoramento e avaliando o seu impacto na vida das pessoas e na problemática social.

15. Ampliar as atividades de lazer, como “passeios de um dia”, para as famílias atendidas pela rede sócio-assistencial, garantindo o conhecimento do território municipal, com sua diversidade de locais, trabalhando o sentimento de pertencimento. Priorizar os moradores das áreas distantes (área continental), degradadas (centro), com índices preocupantes de violência urbana (algumas localidades dos Morros) e outros.

16. Garantir no Orçamento Municipal recursos financeiros para a ampliação do número de bolsas do Programa de Valorização dos Jovens e investimentos para esse segmento.

17. Garantir na Área Central, Macuco, Estuário, Morros e na Área Continental serviços voltados aos jovens com atividades esportivas, culturais, recreativas e de lazer, estabelecer projetos integrados entre as Secretarias Municipais de: Assistência Social, Cultura, Esporte e Organizações Não Governamentais, difundindo a experiência e a metodologia do trabalho dos Centros da Juventude.

18. Ampliar os serviços sócio-assistenciais nos territórios, conforme o preconizado pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com ênfase nos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, respeitando-se os indicadores de exclusão social e os dados sobre a violência urbana.

19. Assegurar o atendimento dos adolescentes envolvidos em atos infracionais e seus familiares, sem que haja necessariamente sentença judicial de medida sócio-educativa, nos casos de remissão e em casos onde foram aplicadas as medidas de advertência e reparação de danos.

20. Discutir, elaborar e executar um Plano de Atendimento para Jovens em Conflito com a Lei, assegurando ações concretas e efetivas nas políticas de Assistência Social, Cultura, Educação, Esporte e Saúde, definindo responsabilidades e competências dos gestores municipais.

21. Avaliar a execução do Plano de Atendimento do Adolescente Autor de Ato Infracional aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Santos - CMDCA.

22. Solicitar ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, maior agilização dos processos de idosos sem renda que requerem o Benefício de Prestação Continuada -BPC.

23. Efetivar a política de atendimento do idoso nos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e nos Serviços de Proteção Social Especial.

24. Implantar novas Repúblicas para Idosos, com a inclusão de idosos com deficiências.

25. Solicitar ao Governo Federal a concessão do Benefício de Prestação Continuada para idosos a partir de 60 (sessenta) anos.

26. Assegurar a fiscalização junto às instituições públicas e privadas, com programas residenciais voltados ao idoso de forma a assegurar que o mesmo permaneça com no mínimo 30% (trinta por cento) do valor de sua renda, quer seja Aposentadoria, Benefício de Prestação Continuada - BPC ou outra fonte de renda, normatizando a presente questão mediante Resolução Conjunta dos Conselhos Municipais de Assistência Social e do Idoso.

27. Assegurar que os espaços físicos das Sociedades de Melhoramentos dos Bairros sejam utilizados para desenvolver atividades voltadas às Famílias.

28. Intensificar as campanhas de divulgação do Estatuto do Idoso, a fim de garantir que a sociedade tenha conhecimento sobre os Direitos do Idoso e sobre as formas de Violências cometidas contra o Idoso, disponibilizando exemplares do Estatuto para a rede de atendimento sócio-assistencial do município.

29. Intensificar a realização de Campanhas de Valorização do Idoso envolvendo as Secretarias Municipais de: Assistência Social, Comunicação Social, Educação, e Saúde;

30. Implantar uma Casa Dia (Centro de Cuidados Diurno para Idosos) na região Central Histórica com atividades de convivência para os idosos em conjunto com as políticas de: cultura, esporte, saúde e organizações da sociedade civil.

31. Promover a melhora da comunicação entre os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, definindo estratégias para um trabalho integrado e complementar, estabelecendo protocolos de atendimento e manuais de procedimentos,

definindo o fluxo e as responsabilidades de cada um.

32. Investir e estruturar os serviços da média complexidade a partir do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, ampliando seu atendimento, atendendo a demanda identificada pelos serviços da Proteção Social Básica, Pública/Privada, assegurando auxílio locomoção para os usuários do serviço.

33. Viabilizar estratégias de articulação dos serviços da Proteção Social Especial com os serviços de saúde, educação, defesa de direitos e justiça, para o atendimento das pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social.

34. Assegurar que os Centros de Referência Social - CRAS intensifiquem estratégias para integrar os serviços das Organizações Não Governamentais, garantindo que atendam as famílias identificadas no território. Viabilizar formas para lidar com a concentração de serviços em uma localidade e ausência de serviços em outras.

35. Fortalecer as reuniões territoriais dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS com a rede sócio-assistencial (Pública / Privada; Proteção Social Básica/Proteção Social Especial), dos serviços das demais políticas sociais, movimentos sociais, sociedades de melhoramentos, empresários, universidades, etc.

36. Assegurar um programa de inclusão digital/Cursos de Informática para os Centros Comunitários em parceria com a Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, utilizando recursos do próprio órgão.

37. Criar um Plano Municipal de Atendimento a Pessoa em Situação de Rua envolvendo as políticas públicas de Assistência Social, Educação, Saúde, bem como os órgãos da Habitação, da Justiça e do Trabalho.

38. Garantir que a Prefeitura Municipal de Santos implante um Programa Permanente de Conscientização e Sensibilização da sociedade quanto ao Trabalho Infantil “visível” (venda de produtos em semáforo, malabares, etc) e “invisível” (trabalho doméstico, prostituição infantil, comércio de entorpecentes, etc), através de Campanhas na mídia, escolas, organizações não governamentais, equipamentos da rede pública de serviços.

Grupo Temático: 10 Direitos Sócio-Assistenciais

Parte I

1 Criar recursos para investimentos na área da Educação com a implantação de cursos profissionalizantes, priorizando a área da Alemoa.

2 Ampliar ações sócio-assistenciais de Proteção Social Básica voltada às famílias nos bairros: Alemoa, Chico de Paula e Morros.

3 Implementar ações direcionadas a profissionalização e trabalho com jovens e adultos articuladas pela Secretaria Municipal de Governo envolvendo diversos setores da cidade.

4 Garantir que o direito de manifestação do usuário seja respeitado, podendo o mesmo recorrer a Ouvidoria Pública, no caso de reclamações.

5 Fixar cartazes nos espaços públicos e privados informando ao usuário o direito de ser tratado com respeito e dignidade, sem qualquer tipo de discriminação, bem como outros, de caráter de cidadania.

6 Colocar caixas receptoras da Ouvidoria Pública nos Centros de Referência de Assistência Social -CRAS e Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e demais serviços da rede pública.

7 Proporcionar aos moradores da área Continental igualdade de acesso aos serviços sócio-assistenciais.

8 Assegurar uma equipe de Cuidadores para auxiliar as famílias de pessoas com deficiências e/ou idosos que residem sozinhos garantindo a permanência em seus lares, investindo no atendimento domiciliar, a fim de assegurar a convivência familiar e

comunitária.

9 Ampliar e melhorar a divulgação na mídia em geral (Diário Oficial e outros) dos benefícios, programas e projetos da rede sócio-assistencial.

10 Assegurar que todos os equipamentos municipais e Organizações Não Governamentais tenham um mural para divulgar os serviços da rede sócio-assistenciais públicos e privados do município.

11 Identificar, através de placas os serviços públicos que pertencem a Secretaria Municipal de Assistência Social.

12 Criar um site da rede sócio-assistencial dentro do site da Prefeitura Municipal de Santos.

13 Assegurar que o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS faça revisão nas Resoluções Normativas, que estabelecem Padrões Mínimos de Qualidade para o funcionamento dos serviços sócio-assistenciais públicos e privados.

14 Garantir que os funcionários da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEAS e das Organizações Não Governamentais - ONG's usem crachá de identificação em local visível e de tamanho que possa identificar seu nome e função.

Grupo Temático: 10 Direitos Sócio-Assistenciais **Parte II**

1. Garantir junto a Secretaria de Finanças do Município - SEFIN, o projeto "Licença Social" com isenção de taxa, destinado às famílias em vulnerabilidade social atendidas nos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEAS, como uma possibilidade de geração de renda/inclusão produtiva.

2. Criar Agenda Anual que contemple atividades esportivas, culturais e de lazer, nas áreas desprovidas de recursos. (Coordenada pela Secretaria Municipal de Governo).

3. Articular junto à Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, a ampliação do número de vagas em creches, bem como a criação de creches noturnas, para que os pais possam estudar e trabalhar, especialmente no Jardim Rádio Clube e outras regiões do município onde apresente demanda.

4. Divulgar para as famílias as ações desenvolvidas nos Centros Comunitários e para os adolescentes e jovens as ações desenvolvidas nos Centros de Juventude.

5. Ampliar a oferta de atendimento às famílias e aos adolescentes nos serviços sócio-assistenciais, tais como: Centros Comunitários e Centros da Juventude.

6. Garantir que a Secretaria Municipal de Finanças se aproprie das obrigações das políticas públicas dos Conselhos de Direitos e dos Planos Municipais, sendo participante em todo o processo de construção, gerenciamento e avaliação, colocando-se a serviço dos mesmos, rompendo com a postura de criar obstáculos, gessos, entraves, etc, com vistas à agilização e desburocratização na liberação de recursos.

7. Efetuar estudos e viabilizar projetos para a Vila dos Criadores, envolvendo as Secretarias Municipais: da Assistência Social, do Meio Ambiente, da Saúde, da Habitação, coordenado pela Secretaria Municipal de Governo.

8. Assegurar nos equipamentos públicos, a acessibilidade do idoso, da gestante, das pessoas com deficiências, bem como a privacidade e sigilo nos atendimentos sociais. (coordenado pelas Secretarias Municipais de Obras e Assistência Social).

9. Assegurar que a Prefeitura Municipal de Santos estabeleça parceria com o SESC, SESI e outras instituições, oportunizando novos espaços de recreação, lazer, esporte, cultura, inclusive na área de inclusão digital assegurando acessibilidade. (Coordenado pela Secretaria Municipal de Governo).

10. Otimizar os espaços das Sociedades de Melhoramentos de Bairros com atividades voltadas à comunidade (Articulação da Secretaria Municipal de Governo).

11. Criar Campanhas de Divulgação e Conscientização das questões da violência

contra o idoso e a mulher, envolvendo as Secretarias Municipais de Assistência Social, Comunicação Social, Educação, Saúde e Segurança Pública.

12. Implantar serviço de 24 horas, para o atendimento das vítimas de violência, crianças/adolescentes e mulheres, assegurando em um mesmo espaço físico a instalação dos serviços da Segurança Pública; Instituto Médico Legal; Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde e os Conselhos Tutelares, nos moldes do proposto para o Núcleo de Atendimento Integrado - NAI.

13. Garantir que cada Secretaria Municipal disponibilize quando necessário Auxílio Locomoção para os seus usuários.

14. Garantir que os serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade sejam incluídos nos Programas de Internação Domiciliar - PID e Atendimento Domiciliar - PAD da Secretária Municipal de Saúde.

15. Implantar trabalho em parceria com a Companhia de Habitação da Baixada Santista - COHAB - ST, Departamentos Regionais da Secretaria Municipal de Governo, para melhoria das condições de moradia.

16. Assegurar ação conjunta entre a Prefeitura Municipal de Santos através da Secretaria de Turismo - SETUR e a Companhia de Engenharia e Tráfego - CET para que em um domingo do mês haja isenção da tarifa de transporte e acesso gratuito a todos os pontos turísticos da cidade.

Grupo Temático: Sistematização das Propostas NOB/RH

1. Garantir recursos das esferas Federal e Estadual para a implantação da NOB/RH, sem distinção entre os serviços públicos e privados. Investir em uma política de gestão de pessoas, plano de carreira, avaliação de desempenho, treinamentos, capacitações e supervisões continuadas, quadro de profissionais, condições adequadas de trabalho e adequação aos princípios éticos e políticos de todos os profissionais que operam o Sistema Único da Assistência Social - SUAS.

2. Criar um Centro de Capacitação Continuada para todos os trabalhadores das políticas públicas, envolvendo as Universidades.

3. Reduzir a carga horária para 6h, sem prejuízo dos vencimentos, para os profissionais de nível técnico em função da complexidade das tarefas.

4. Ampliar o número de vagas de estagiários com formação na área de Humanas na Secretaria Municipal de Assistência Social - SEAS, bem como nas entidades sócio-assistenciais do município. Garantir recursos no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEAS que assegurem estagiários de Serviço Social, Psicologia e Direito.

5. Garantir que os Concursos Públicos selecionem pessoal para a área da Assistência Social, assegurando que os profissionais tenham perfil para atuar nos serviços sócio-assistenciais.

6. Complementar as equipes de trabalho dos serviços sócio-assistenciais, defasadas frente a demanda reprimida, garantindo qualidade do atendimento/intervenção junto à família ou usuário.

7. Incluir no financiamento das equipes de trabalho das organizações da sociedade civil os encargos sociais, além de equiparar os salários dos funcionários aos dos funcionários da Prefeitura.

Grupo Temático: Financiamento

1. Assegurar o cumprimento dos percentuais orçamentários fixados, para a execução da Política de Assistência Social, conforme o deliberado na última Conferência Nacional, através de regulamentação, disciplinando essa questão em todo território

nacional. Manter os percentuais já estabelecidos a saber: 5% em curto prazo, 7% em médio prazo e 10% em longo prazo, excluindo-se os valores correspondentes ao Benefício de Prestação Continuado e outros, de forma a assegurar o custeio das ações sócio-assistenciais com qualidade.

2. Destinar aos Fundos Municipais recursos financeiros, provenientes do Fundo Nacional e Estadual, para capacitações e supervisões continuadas a todos os trabalhadores da Política de Assistência Social da esfera pública e privada.

3. Garantir nas três esferas de governo, recursos financeiros, que não sejam alocados aos Fundos Federal, Estadual e Municipal que assegurem Capacitações Continuadas para os conselheiros da Assistência Social, a fim de possibilitar o bom desempenho de suas funções.

4. Garantir recursos financeiros para a divulgação do Programa Rede de Famílias Acolhedoras, especialmente para divulgação televisionada, a fim de sensibilizar e introduzir esse novo conceito na sociedade.

5. Alocar recursos financeiros nos Fundos, Nacional e Estadual destinado à construção de Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e, ainda para aquisição de equipamentos, conforme o que estabelece a Política Nacional de Assistência Social.

6. Assegurar a revisão dos pisos para a proteção básica e social com a garantia de que em um curto prazo, seja financiado no mínimo 50% do custo real do serviço.

7. Garantir que a Prefeitura Municipal de Santos, através da Secretaria de Assistência Social providencie a instalação de computadores e programas de informática que facilitem o processo do Controle Social, em especial o financeiro.

8. Assegurar que sejam viabilizados estudos que facilitem e rompam com a burocracia existente nos processos de Licitação Pública, através de Pregão Eletrônico, o que vem prejudicando a execução da política, sua implantação e implementação, com a não utilização e devolução de recursos financeiros oriundos de outras fontes que não sejam a do município, com conseqüências para o município pela não garantia dos direitos assegurados na Constituição Federal.

9. Garantir no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEAS a destinação de recursos suficientes para contratação de funcionários e estagiários de Serviço Social, Psicologia e Direito, a fim de garantir a qualidade do serviço prestado.

10. Garantir no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social recursos financeiros, além de pessoal, que assegurem a manutenção de seus equipamentos públicos, para que sejam adequada a finalidade a que se destinam e assegurem os preceitos elementares de habitabilidade, higiene, salubridade, segurança e acessibilidade para as pessoas com deficiências, idosos e gestantes.

PARTE III: OUTRAS DELIBERAÇÕES POLÍTICAS SOCIAIS BÁSICAS:

Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:

1- Garantir e agilizar Assistência Jurídica gratuita aos portadores de HIV, idosos e pessoas com deficiências.

2- Possibilitar a isenção de IPTU às famílias com graves problemas sócio-econômicos.

Secretarias Municipais de Administração e Governo:

1- Implantar no município uma política de emprego, investindo mais no associativismo, cooperativismo e ampliando as vagas nas frentes de trabalho do município.

2- Implantar uma incubadora para o desenvolvimento de projetos de geração de renda e/ou cooperativas para a população de baixa renda, com capacitação profissional

de acordo com as necessidades do mercado de trabalho do município.

3- Reativar a Sociedade de Melhoramentos da Vila dos Criadores.

4- Realizar cursos de capacitação para os munícipes, em parceria com empresas e órgãos do Poder Público, visando a colocação no mercado de trabalho.

5- Estimular a criação de micro-empresendimentos geradores de renda para o desenvolvimento da autonomia financeira das famílias empobrecidas.

6- Reestruturar o Programa de Atendimento do Trabalhador - PAT para um atendimento mais eficaz no encaminhamento para vaga de emprego.

7- Criar uma Agência de Desenvolvimento Local, com a participação do poder público e privado, para a gestão de um Banco de Projetos e de um Fundo composto primordialmente por recursos privados, visando o desenvolvimento sócio-econômico da cidade.

8- Assegurar o estabelecimento de cooperação técnica e financeira mútua para a integração e operacionalização das funções e ações do sistema público de emprego, trabalho e renda, através da municipalização desse sistema junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

9- Agilizar a implantação do Centro Público de Trabalho, Emprego e Renda para execução das ações: intermediação de mão de obra, habilitação do Seguro Desemprego, qualificação social e profissional e observatório do mercado de trabalho, garantindo :

a) Democratização na formação do Conselho Municipal de Trabalho, Emprego e Renda, bem como de seu Comitê Gestor;

b) Priorização de vagas para a rede social de atendimento;

c) Incentivo às ações de economia solidária.

10- Estimular as empresas a efetivarem a contratação de estagiários e aprendizes com deficiências, após o período de capacitação.

Secretaria Municipal de Cultura:

1- Criar espaços de leitura para as famílias da Vila dos Criadores.

2- Garantir equipamentos voltados aos jovens e demais faixas etárias da área Central, Jardim São Manoel, Alemoa e Jardim Piratininga onde se desenvolvam atividades culturais.

Secretaria Municipal de Educação:

1- Ampliar o número de vagas na creche municipal do jardim São Manoel, com a contratação de profissionais para Educação Infantil.

2-Solicitar à Diretoria de Ensino do Estado a implantação de Unidades de Ensino Médio no: bairro Chico de Paula, Jardim São Manoel, Jardim Piratininga e no Morro Santa Maria.

3- Instalar creches no bairro da Caneleira e Santa Maria e Alemoa.

4- Ampliar o número de vagas nas creches da rede municipal, com especial atenção às crianças da área continental que não têm acesso a esse equipamento educacional.

5- Implantar o programa Rede do Futuro nos bairros, com adequação às pessoas com deficiências.

6- Viabilizar a criação de creches noturnas para crianças de pais que trabalham ou estudam a noite.

7- Implantar na estrutura das escolas o trabalho preventivo no âmbito social e psicológico, junto aos alunos e famílias, com a inclusão de assistentes sociais e psicólogos na comunidade escolar.

8- Criar classe de educação de jovens e adultos no período diurno/noturno nas Unidades Municipais de Ensino.

9- Implementar programas educativos que visem à valorização dos idosos e das pessoas com deficiência, junto a crianças e adolescentes, nas escolas públicas e privadas do município, aproximando as gerações e envolvendo as famílias, incluindo como

atividades extracurriculares os conteúdos sobre envelhecimento saudável e sua importância na vida, não só do idoso, mas, sobretudo daquele que está envelhecendo.

10- Realizar Campanhas, na mídia, com vistas à valorização da Pessoa Idosa em parceria com as Secretarias Municipais de Assistência social, de Comunicação Social, de Educação e de Saúde.

11- Garantir a implantação de cursos de informática em todos os Centros Comunitários.

12 - Garantir que a “educação integral” contemple todas as Unidades Municipais de Ensino atendendo, inclusive, a faixa etária de 4 a 5 anos.

13- Garantir nas escolas o ensino dos direitos e deveres preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e no Estatuto do Idoso.

14 - Possibilitar a utilização do espaço das escolas públicas pela comunidade no período noturno, oportunizando cursos técnicos, tais como: hidráulica; elétrica e inclusão digital.

15 - Assegurar o aumento do número de vagas para crianças e adolescentes, na Jornada Ampliada, desde que, garantida estrutura adequada de recursos humanos e materiais.

16 - Garantir transporte para todos os alunos da Escola Total

17 - Providenciar capacitação para os funcionários da Educação, para que o atendimento ao público seja realizado com respeito e dignidade, escuta e acolhimento, incluindo especificidades relativas a segmentos especiais, como pessoas com deficiências e idosos.

18 - Viabilizar a implantação de programa educacional, diferente do proposto pela suplência e atualmente executado, para os adolescentes cumprindo Medidas Sócio-educativas e os desinternados, assegurando seu ingresso a qualquer época do ano, seriada, por créditos, motivando os jovens a retomar e concluir seus estudos. .

Secretaria Municipal de Esportes:

1- Construir, Centros Poliesportivos nos bairros: Jardim São Manoel, Jardim Piratininga e Alemoa, devido à escassez de equipamentos de esporte e lazer nessas regiões.

2- Garantir equipamentos voltados aos jovens da área Central e Morros, onde se desenvolvam atividades esportivas e de lazer.

3- Utilizar os terrenos abandonados da região Central para implementar serviços de lazer/esporte.

4- Garantir o acesso da população da Vila dos Criadores aos equipamentos de lazer/esporte.

5- Viabilizar atividades esportivas no Jardim Rádio Clube, voltadas para crianças, adolescentes e jovens em contra-turno ao período escolar.

6- Viabilizar propostas de esporte e lazer dirigidas às crianças, adolescentes, jovens e suas famílias na região Central da Cidade e imediações, como forma de intervir no cenário deplorável de ver a população infanto juvenil nos bares; jogando sinuca; assistindo os jogos de baralho/dominó dos adultos; presenciando os adultos bebendo; jogando “pelada” no meio das ruas movimentadas; prostituições etc, investindo no desenvolvimento saudável dos mesmos.

Secretaria Municipal de Finanças:

1- Possibilitar a isenção temporária ou permanente, dependendo do caso, do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU para famílias com graves problemas sócio-econômicos.

2- Desburocratizar a legislação que normatiza a Licença para Ambulantes, quanto à venda de produtos diversos, em especial comestíveis, com maior controle e fiscalização dessas atividades.

3- Implantar Imposto Territorial Urbano Progressivo com alíquotas diretamente

proporcionais ao valor do imóvel.

Secretaria Municipal do Meio ambiente:

1- Ampliar o horário de recolhimento de lixo no município, a fim de se evitar o acúmulo de resíduos nas calçadas.

2- Estudar uma forma de minimizar o problema das enchentes.

3- Implantar projetos junto à comunidade, visando à preservação do meio ambiente.

4- Instalar um número maior de lixeiras nos locais de maior circulação da população, inclusive para receptação de material reciclável.

5- Fazer um trabalho de educação ambiental mais intensivo sobre lixo e material reciclável, a fim de evitar que o lixo, principalmente aquele jogado na maré, degrade ainda mais o meio ambiente.

6 - Assegurar limpeza eficiente no morro Santa Maria e nos bairros Chico de Paula e Alemoa.

7- Realizar Campanhas de Conscientização sobre a importância de manter a cidade limpa, evidenciando a necessidade de manter os bueiros limpos.

8- Garantir limpeza diária na região Central da cidade, em especial, nos finais de semana e feriados, quando o acúmulo de lixo prejudica a imagem de Santos, como cidade turística e com bom índice de qualidade de vida.

9- Orientar, fiscalizar e punir os estabelecimentos comerciais que permitem consumo de bebidas nas calçadas, deixando uma grande quantidade de lixo pelas ruas (copos, garrafas, papel), transformando a cidade em uma verdadeira lata de lixo.

10- Garantir o plantio das árvores que tombam em razão das chuvas e ventos, assegurando o verde tão necessário à produção de oxigênio.

11- Garantir o tratamento das árvores doentes, com combate ao cupim, a fim de proteger as árvores históricas e típicas da nossa cidade.

Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:

1- Garantir nos equipamentos municipais, particulares e vias públicas maior acessibilidade para pessoas com deficiências, gestantes e idosos, adequando o local com a infra-estrutura necessária.

2- Garantir que as praças e os passeios públicos estejam em condições, evitando acidentes, especialmente com os idosos, pessoas com deficiências e gestantes.

3- Garantir uma melhor infra-estrutura nos diversos equipamentos públicos e privados e, nos bairros Jardim São Manoel, Caneleira, Chico de Paula, Jardim Piratininga e Área Continental: áreas de lazer, esporte, cultura, saneamento básico e outros.

4- Garantir a manutenção das calçadas do município de forma padronizada e antiderrapante e, quando for o caso, com rampas adequadas às pessoas com deficiências, seguindo as normas da ABNT.

5- Investir na infra-estrutura dos bairros periféricos e nos morros da cidade como forma de combater à violência urbana.

Secretaria Municipal de Planejamento:

1 - Garantir o engajamento da Secretaria Municipal de Planejamento nas Políticas Sociais.

Secretaria Municipal de Saúde:

1- Providenciar capacitação para os funcionários da área da saúde, a fim de garantir que o atendimento ao público seja realizado com respeito, dignidade, escuta e acolhimento.

2- Melhorar o serviço da Unidade Básica de Saúde de Caruara com: humanização do atendimento ao munícipe, garantia do atendimento no próprio local, reforma do imóvel, implantação de serviço de pronto atendimento 24h.

3- Agilizar consultas, a fim de evitar que quando o usuário chegue para o atendimento, haja recusa do médico em atendê-lo em razão de não ter marcado

previamente.

4- Melhorar o serviço na Unidade Básica de Saúde do Jardim São Manoel: agilizar o atendimento; humanizar os funcionários para o atendimento (foi detectada falta de respeito aos usuários, implicando em questões éticas); aumentar o número de profissionais; melhorar as instalações e providenciar medicamentos, atualmente em falta.

5- Garantir ajuda terapêutica para intervir nas situações de risco e violência intra-familiar na Vila dos Criadores.

6- Garantir um atendimento efetivo e humanizado por parte dos funcionários dos Prontos Socorros, bem como quando o paciente for remanejado para outra unidade, que seja garantida a sua locomoção, inclusive de regresso ao seu domicílio.

7- Contratar profissionais especializados na área da saúde visando melhor adequação do agendamento das diversas especialidades, minimizando o tempo de espera das consultas, evitando o acúmulo no atendimento e a superlotação no local, com vistas ao respeito à dignidade humana.

8- Ampliar as equipes técnicas nos NAPS's, prioritariamente no NAPS 1 e Pronto Socorro da Zona Noroeste, a fim de agilizar o atendimento das pessoas com sofrimento mental.

9- Garantir ao usuário da saúde um espaço para poder expressar-se a respeito do atendimento oferecido pelos serviços.

10- Garantir infra-estrutura adequada nos equipamentos públicos da área da saúde.

11- Intensificar a busca ativa junto às pessoas em situação de rua, a fim de se identificar às pessoas portadoras de doenças infecto-contagiosas e tratá-las.

12- Garantir o atendimento médico especializado ao idoso, principalmente no que se refere às doenças de próstata.

13- Assegurar que seja garantido nas casas de longa permanência de idosos um médico Geriatra.

14- Assegurar a agilização dos agendamentos de consultas na Unidade Básica de Saúde da Vila Alemoa, com atendimento preferencial aos idosos; garantindo o aumento do número de médicos e a ampliação do espaço físico.

15- Implantar uma Unidade Básica de Saúde no Jardim Piratininga, com a permanência de uma ambulância no local.

16- Garantir o fornecimento de medicamentos na rede de saúde do Sistema Único de Saúde -SUS e no caso de faltar qualquer tipo de medicamento na rede pública (pronta entrega), providenciar guia específica para que o município retire o medicamento em qualquer farmácia particular, evitando prejuízo à saúde, em razão da falta do medicamento.

17- Assegurar que seja agilizado na Secretaria Municipal de Saúde o agendamento de consultas, exames e entrega de resultados, quando se tratar de pessoas idosas.

18- Garantir o atendimento preferencial (idosos, gestantes, pessoas com deficiências) nas Unidades Básicas de Saúde, o que não vem ocorrendo, sendo a legislação específica desrespeitada.

19- Garantir a contratação de profissionais da área da saúde para toda a rede de atendimento público.

20- Assegurar que se implante um Hospital de Segunda Linha para pessoas sem a retaguarda familiar e desprovida de recursos financeiros.

21- Investir em programas de combate a proliferação de ratos e pombos, prevenindo doenças como a leptospirose e toxoplasmose.

22- Investir na implantação de serviços de psicoterapias destinados às vítimas de violência, crianças, adolescentes e mulheres, portadores de sofrimento mental, dependentes de substâncias tóxicas e outras situações.

23- Investir na implantação de serviços para as pessoas em sofrimento mental,

inclusive às que necessitam de internação, a fim de assegurar alternativas de tratamento, além da medicamentosa.

24 - Investir em serviços de Psicologia e Psiquiatria Infantil.

Secretaria Municipal de Segurança:

1- Garantir a ampliação dos serviços de segurança pública, principalmente no horário noturno nas escolas da região do Mercado.

2- Implantar um Posto Policial em Caruara.

3- Implantar uma Delegacia da Mulher, com atendimento 24 horas no bairro do Jardim. Rádio Clube.

4- Ampliar os serviços de segurança pública para policiamento na Vila dos Criadores.

5- Implantar dentro da política de Segurança Pública ações de fortalecimento, capacitação e supervisão dos agentes que participam do policiamento e enfrentamento no combate ao Tráfico de Drogas.

6- Encaminhar à Corregedoria de Policia a informação de que a comunidade do Jardim. São Manoel não se sente protegida e refere abuso de autoridade de alguns policiais que atuaram na área.

7- Transformar a Delegacia da Infância e da Juventude em uma Delegacia de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, atuando em todas as formas de violação dos direitos da população Infanto Juvenil.

Secretaria Municipal de Turismo:

1- Implantar um serviço para o atendimento aos “turistas de um dia” que por diversas eventualidades, tais como: furto de documentos; dinheiro e outras, não têm condições de regressar à cidade de origem e atualmente são encaminhados para a Central de Atendimento a População de Rua, cujo atendimento é específico.

2- Proporcionar acessibilidade das pessoas com deficiências e idosos nos roteiros turísticos.

Secretaria Municipal de Transportes:

1- Garantir capacitação e treinamento dos motoristas dos transportes públicos em direção defensiva, relações humanas, cordialidade, respeito aos idosos e deficientes.

2- Assegurar que os números de identificação dos ônibus sejam maiores para que as pessoas com baixa visão e idosos possam visualizá-los dos pontos de ônibus.

3 - Assegurar transporte para o Morro da Penha.

4- Garantir transporte público municipal para os usuários dos serviços sócio-assistenciais e de saúde, especialmente de portadores do vírus HIV e hepatites crônicas.

5- Efetivar um trabalho de conscientização junto às empresas de ônibus municipal e intermunicipal, quanto ao respeito à pessoa idosa, acesso e tratamento sem discriminação, evitando o fato de que muitos motoristas não param nos pontos de ônibus, quando os idosos estão desacompanhados.

6- Assegurar a volta dos cobradores nos ônibus, a fim de garantir a qualidade do serviço prestado, evitando riscos à vida dos usuários.

7- Melhorar a estrutura dos pontos de ônibus, com a instalação de coberturas.

8- Assegurar que agentes da Companhia de Engenharia de Tráfego - CET permaneçam na porta da UME Oswaldo Justo, no bairro da Alemoa devido ao tráfego intenso de caminhões.

9- Assegurar que sejam instaladas coberturas nos pontos de ônibus, em especial ao longo das Marginais da Anchieta e Via Bandeirantes.

10 - Assegurar que sejam instalados quadros de informação de itinerários nos pontos de ônibus.

Ouvidoria Pública:

1- Assegurar maior agilidade na averiguação das queixas encaminhadas ao ouvidor, bem como nas respostas aos interessados.

- 2- Criar campanhas públicas sobre o papel e o acesso a Ouvidoria Pública.
- 3- Descentralizar o atendimento da Ouvidoria Pública.
- 4- Implantar caixas da Ouvidoria no Correio da Cidadania implantados nos Centros de Referência Sociais. CRAS

COHAB - ST:

- 1- Implementar o projeto de “Locação Social”, visando o atendimento da população de baixa renda, residente em favelas e cortiços.
- 2- Implementar política habitacional no município agilizando estudos para implantação de conjuntos residenciais que atenda as necessidades da Continental, Alemoa, Chico de Paula, Jd. São Manoel e Vila dos Criadores.
- 3- Desapropriar terrenos e imóveis abandonados no centro da cidade, para a implantação de projetos de moradia a baixo custo.
- 4- Criar alternativas habitacionais para os moradores da área Continental e da Vila dos Criadores.
- 5- Ampliar e aprimorar a política habitacional do município destinada à população de baixa renda, priorizando pessoas deficientes e idosos conforme ABNT.

Agência Metropolitana do Estado de São Paulo - AGEM:

- 1- Garantir que os órgãos de caráter metropolitano existentes funcionem efetivamente, estabelecendo metas, prioridades, divulgando o que já é realizado, envolvendo os Gestores e Conselhos Municipais de Direitos.

Divisão Regional de Assistência Social - Santos - DRADS

- 1- Intensificar o acompanhamento do município no processo de reordenamento dos serviços, através de capacitação, assessoria técnica e monitoramento sistemático, tendo em vista a implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
- 2- Assegurar a participação nas Reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social e da Conferência Municipal de Assistência Social.

PARTE IV: MOÇÕES

A Plenária de deliberações e aprovações da **VII Conferência Municipal de Assistência Social de Santos**, realizada nos dias 25 e 26 de maio e 29 de junho de 2007 com 535 (quinhentos e trinta e cinco) participantes, vem a público apresentar as seguintes **Moções:**

MOÇÕES DE APELO

1. Dirigida aos Excelentíssimos Srs. e Sras. **Senadores e Senadoras** e aos Excelentíssimos Srs. e Sras. **Deputados e Deputadas Federais**, solicitando a imediata apreciação e aprovação do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58/2003, considerando que: No dia 12/03/2003 foi apresentado pelo Exmo. Senhor Senador Paulo Paim, no Senado Federal, o PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 58 DE 2003 - que dispõe sobre a atualização das aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social aos seus segurados e pela União, aos seus inativos e pensionistas e até esta data não foi apresentado para votação no plenário daquela CASA LEGISLATIVA. Tal projeto de Lei tem por objetivo recompor o poder aquisitivo das aposentadorias e pensões mantidas pela PREVIDENCIA Social, como também das pagas pela União aos seus inativos e pensionistas. Sejam encaminhadas cópias desta MOÇÃO DE APELO A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, a CAMARA MUNICIPAL DE SANTOS, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO as DIREÇÕES NACIONAIS DAS IGREJAS instaladas no Brasil, ao CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO, ao CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO/SÃO PAULO, as FEDERAÇÕES (OU REPRESENTAÇÕES) ESTADUAIS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS, e demais Entidades Governamentais e não governamentais que se preocupam com a Política do

Idoso, solicitando ampla divulgação e apoio na justa e democrática luta pela conquista de melhores condições de sobrevivência daqueles que muito fizeram e fazem para o engrandecimento deste País.

2. Dirigida ao **Governo Federal** - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Solicitando agilização do processo de concessão dos benefícios sócio-assistenciais à população, como o Benefício de Prestação Continuada.

3. Dirigida ao **Governo Federal** - Solicitando as providências cabíveis para modificar, modernizar, atualizar e tornar viável a Lei Federal de nº. 8.666/93, a fim de facilitar o processo de Licitação e os Pregões Eletrônicos.

4. Dirigida ao **Excelentíssimo Prefeito Municipal de Santos**, Sr. João Paulo Tavares Papa - Solicitando especial atenção e carinho a sugestão do Projeto de Lei da UEAPI que foi entregue a V. Exma. em 24/01/2007, com cópias aos Excelentíssimos Srs. e Sras. Vereadores e Vereadoras da Câmara Municipal de Santos, que dispõe sobre o acesso gratuito aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade no transporte coletivo urbano e dá outra providência, visando assegurar a gratuidade do transporte coletivo público urbano dentro de todo o município de Santos a todos os idosos. Encaminhando cópia a Presidência da Câmara Municipal de Santos.

5. Dirigida a Senhora **Secretária Municipal de Educação** solicitando:

a. Implantar unidade de Ensino Fundamental no Morro Santa Maria;

b. Assegurar o transporte das crianças e adolescentes que participam do Programa Escola Total;

c. Implantar creches no morro Santa Maria;

d. Implantar a Rede do Futuro nos bairros;

e. Aumentar o número de vagas em creches.

6. Dirigida ao Senhor **Secretário Municipal do Meio Ambiente** solicitando que seja providenciado com a máxima urgência a limpeza das ruas do Morro Santa Maria.

7. Dirigida ao **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente** solicitando o retorno do atendimento do Conselho Tutelar na área Continental.

8. Dirigida ao Senhor **Secretário Municipal da Saúde** solicitando a melhora imediata do atendimento dispensado pelos profissionais da saúde aos usuários da rede, tornando-o mais humanizado.

9. **Dirigida ao Senhor Secretário Municipal da Saúde** solicitando a transferência da Dra. Nazaré, médica da Unidade Básica de Saúde do Morro São Bento para outro local onde exerça outro tipo de atuação, visto o tratamento desumano que vêm dispensando aos pacientes que utilizam a rede de serviço.

MOÇÃO DE AGRADECIMENTO

1- Dirigida a **Polícia Federal**, por sua correta, eficaz e sigilosa atuação, independentemente do grau de poder político e econômico dos investigados.

PARTE V: RELAÇÃO DOS DELEGADOS ELEITOS PARA A CONFERÊNCIA REGIONAL E ESTADUAL VI CONFERÊNCIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Delegados Adultos Eleitos - Sociedade Civil:

Adriana dos Santos Silva

Antonio Fernando de Oliveira

Edílson Gomes Santiago

Jose Amado Pereira

Paulo César Faustino

Rosana Francisca dos Santos

Delegados Adultos Eleitos - Poder Público:

Adriana Francisca H. Silva
Adriana Maria Fraga Lopes
Claudia Regina Zimmermann
Denise Conde Magalhães
Rejane da Fonseca Oliveira

PARTE VI: AGRADECIMENTOS

O colegiado do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, neste ato, através da presente Resolução Normativa, torna público, seus especiais agradecimentos, à Comissão Organizadora, que se dedicou e empenhou-se assiduamente para a realização do evento, preocupando-se, sobremaneira, com todo o processo e toda sua organização, e ainda, os demais colaboradores do processo que compuseram a mesma.

O colegiado agradece ainda, os parceiros do processo, que muito contribuíram para a realização da Conferência. Nossos especiais agradecimentos à:

Universidade Católica de Santos - UNISANTOS / Campus Vila Mathias;
Conselho Regional de Psicologia - CRP / Subsede da Baixada Santista;
Secretaria de Assistência Social / SEAS;
Prefeitura Municipal de Santos e todas as suas Secretarias Municipais;

ADRIANA DOS SANTOS SILVA
Presidente do CMAS de Santos